



Texto 02:

Contexto e Cultura de Empreendedorismo no Brasil

Prof. Dr. Pedro Roque Giehl¹

Durante os debates sobre Empreendedorismo Econômico e Social do Fórum Social Mundial Temático de 2014, em Porto Alegre, um professor de Quebec (Canadá) pediu para que eu caracterizasse o Brasil em uma só palavra. Evidente que a complexidade de um País não pode ser expressa coerentemente em poucas palavras, que dirá em uma. Mesmo assim, atendi a provocação e respondi, após pensar um pouco: 'contradição'! Ele e os demais interlocutores ficaram surpresos, como se esperassem uma palavra mais positiva, como 'beleza' (pois o Brasil é um país lindo); 'solidariedade' (somos conhecidos como um povo acolhedor e solidário); 'diversidade' (somos um povo essencialmente diverso pela riqueza da miscigenação); ou 'democracia' (o Brasil é conhecido internacionalmente pela defesa intransigente da alteridade e soberania democrática dos povos). Talvez até esperassem uma resposta como 'ordem e progresso', àquelas palavras que expressam o lema Positivista de Augusto Comte ("L'amour pour principe et l'ordre pour base; le progrès pour but") e que os coronéis colocaram na bandeira, para lembrar que o progresso deve vir subordinado à ordem constituída, como condição de equilíbrio social e que é usado como ameaça ao povo por todos os governos autoritários. Porém, a palavra 'contradição' pareceu demasiada estranha aos meus curiosos interlocutores. Talvez pensassem que não haviam entendido bem o sentido da palavra, pois estávamos nos comunicando em uma complexidade de códigos de diversos idiomas. Assim, como a resposta não fosse nada óbvia, o diálogo exigiu uma explicação, cujos principais argumentos centrais estão reproduzidos nesse texto.

De fato, o Brasil é o País das contradições geográficas, econômicas, políticas, sociais, culturais, filosóficas, religiosas, dentre tantas outras. Vejamos algumas delas:

- a. É um país de grande riqueza natural e de vastas oportunidades de empreendedorismo econômico, mas ainda não resolveu os problemas estruturais e infraestruturais da sua Economia e mantém uma relação paternalista, patrimonialista e corrupta entre o Estado e a iniciativa privada. Por isso, quase nada de novo ocorre na Economia que não tenha incentivo governamental, para compensar os custos da deficiência em infraestrutura, mas também para cobrir os riscos naturais da inovação no mercado. Assim, muitos empresários reclamam da ausência de livre mercado, mas

¹Professor de Gestão e Empreendedorismo e Assessor de Pesquisa e Extensão da Fundação Liberato. É graduado em Filosofia, com habilitação em Psicologia, Sociologia e História; Graduado em Administração Pública e Bacharel em Administração de Empresas; graduando em Psicologia Clínica; Especialização em Cooperativismo, em Educação Popular, em Filosofia Política, e, em Terapia Cognitiva Comportamental; Mestre em Administração (UFRGS); Doutor em Administração (UNISINOS); Pesquisador nas temáticas de Inovação Econômica e Social, Economia da Cooperação e Relações Interorganizacionais e Interorganizacionais.

refugiam-se no protecionismo para sustentar a incompetência concorrencial das empresas frente ao mercado internacional altamente competitivo e aceleradamente inovador.

b. É o país com uma das maiores concentrações de riquezas e desigualdades sociais, tendo das famílias mais ricas do Mundo e a mais profunda e múltipla exclusão social. Isso pode ser visto nos dados da Receita Federal de 2012, quando apenas 0,21% da população mais rica do Brasil (com patrimônio maior que R\$ 10 milhões e renda mensal superior a 160 salários mínimos (sm/m)) detinha 40,81% da riqueza. Se somado aos considerados ricos (com mais de R\$ 2 milhões em patrimônio e renda acima de 20 sm/m) era 13,01% da população com 87,40% da riqueza. Achamada 'classe média' (5 a 20 sm/m) era de 36,99% da população e detinha 10,60% da riqueza; enquanto que 50% da população possuía apenas 2% da riqueza. Esta é a maior concentração de riqueza dentre os países associados à ONU e todos os estudos indicam que a concentração cresceu assustadoramente. A extrema pobreza, que havia diminuído na primeira década do Séc. XXI e voltou à 10,97% da população em 2021. Embora os dados oficiais não mais sejam feitos, estudos indicam que o patrimônio da população pobre tenha diminuído e que os ricos tenham ampliado muito sua participação nos últimos 5 anos.

c. É um país democrático (desde 1988), mas mantém um sistema político que favorece a eleição por poder econômico e dificulta o controle social sobre os mandatos. Tem um regime de governo Presidencialista e uma Constituição de orientação Parlamentarista, forçando os executivos a formar governos de coalizão pragmática, o que viabiliza a perpetuação de elites conservadoras no poder político. Isso, reforça os filtros das aventuras dos extremos políticos, mas torna todos os governos conservadores. Ou seja, mesmo que haja a eleição de algum governante alternativo, a composição política se dá com as mesmas oligarquias políticas, desde a década de 1980.

d. É um país onde a corrupção é endêmica nas relações pessoais, organizacionais, institucionais e, quanto mais é combatida, mais se tem a percepção generalizada dela, da sua impunidade e da fragilidade dos sistemas de controle público. As relações corruptas viabilizam a formação de cartéis nas indústrias e nas obras e serviços públicos, elevando seus custos transacionais. Com isso, além da economia com baixa inovação e ausência de competitividade, tem-se serviços públicos de educação, saúde, segurança e infraestrutura frágeis e deficitários, mesmo com altíssimo custo financeiro. Ademais, as estruturas do poder público são caras e ineficientes na prestação dos serviços aos cidadãos, devido à notória ineficiência da administração pública brasileira. Situação esta que é agravada pelo alto custo financeiro do Sistema de Dívida Pública², que consome entre 45 a 50% da capacidade arrecadatória do Estado Brasileiro. Custo este que cresce

²O Sistema de Dívida Pública foi instituído no Brasil na década de 1990, unificando e titularizando as dívidas públicas dos estados, de prefeituras, dos avais a créditos contraídos por empresas e instituições públicas e privadas dentro e fora do País. Este sistema é gerido pela Secretaria do Tesouro Nacional e tem exigido entre 400 e 760 bilhões de reais anuais para custeio dos encargos de remuneração dos títulos devidos, mesmo que o montante devido tenha aumentado de 1,7 trilhões em 2002 para 3,9 trilhões em final de 2016. Atualmente não existem dados confiáveis sobre o volume do comprometimento com o sistema e em sobre as reservas cambiais. Esta sistemática será aprofundada no texto 2 sobre os fundamentos econômicos e análise da economia brasileira.

mais na medida da instabilidade e descrédito institucional dos governos.

e. É um país com uma das piores educações básicas do Mundo e um dos mais baixos índices de formação tecnológica e superior, apesar dos grandiosos avanços na primeira década do século XXI. No censo de 2000, apenas 2,7% da população adulta tinha ensino superior. Em 2010, foram 11,26% ocasionado pela criação de 18 universidades públicas federais, 282 escolas técnicas federais e a ampliação das bolsas e financiamento no ensino privado. Medidas que viabilizaram um salto qualitativo de inclusão, mas que faltou ter continuidade. Estima-se que 16% da população adulta do Brasil tenha ensino superior em 2020, mesmo que os governos tenham desmobilizado os investimentos em educação e pesquisa tecnológica e superior. Entretanto, no ensino básico a situação é ainda pior. O Brasil investiu entre 800 e mil dólares por aluno/ano nos últimos 5 anos. Os países de grande inovação investem entre 8 e 12 mil dólares. A média de escolaridade no Brasil é 7,9 anos, enquanto que a média mundial é de 12 anos e temos das piores estruturas escolares e sistemas de ensino de adultos. Sendo assim, 46% da população brasileira adulta não concluiu o ensino fundamental, 49% dos jovens estudantes não conclui o ensino médio. Ou seja, por mais básico que seja o sistema de ensino, este não é concluído pela maioria da população, tornando-a deficiente em análise de realidades sociais e inaptas para sistemas produtivos de inovação tecnológica. Ademais, a baixa escolaridade reflete diretamente no valor social agregado ou capital social acumulado das sociedades e sua capacidade empreendedora para resolução criativa de problemas sociais, econômicos, políticos e culturais. Neste sentido, a maior parte da Sociedade Brasileira não entende os fatos sociais e não consegue agir reflexiva e engajadamente em defesa de interesses coletivos e/ou para a mudança de realidades. A maior parte das opiniões é formada pelas versões fragmentadas e parciais, fornecidas pela mídia e as focas das redes sociais e são reproduzidas como verdades absolutas. Esta alienação e ingenuidade coletiva serve muito bem para reproduzir e justificar o status quo da realidade, pois é capaz de mobilizar e desmobilizar a coletividade em função de bandeiras e interesses os mais diversos, menos os que de fato interessam ao País.

Poder-se-ia então dizer que o Brasil está condenado à eterna mediocridade? Não, claro que não! Essa foi uma das concepções historicamente difundidas, afirmando que nada daria certo no Brasil, exceto o futebol e o carnaval, uma vez que o povo (amplamente miscigenado) teria baixas raízes culturais e seria demasiado flexível, tolerante, festivo e com baixa aptidão para o trabalho e a liderança produtiva e social. Leitura essa caracterizada por Nelson Rodrigues como o '**Complexo de Vira-latas**' e que é típica de uma sociedade com baixa autoestima territorial, impingida pela classe dirigente preconceituosa e submissa aos interesses econômicos, políticos e culturais exógenos. Para esta classe tudo que era bom e válido estava no exterior, principalmente nos EUA e na Europa, aceitando e difundindo o eurocentrismo político, ideológico, científico e filosófico. Senso este que é cíclico, mas parece ter perdido forças nas últimas décadas.

Na realidade, as contradições brasileiras fazem parte do seu processo de desenvolvimento, no qual necessita superar radicalmente alguns dos elementos fundantes da sua História e consolidar um efetivo pacto social de nação. As raízes das contradições remontam a gênese do Brasil: um território ocupado como Colônia de Exploração até o início do século XIX, quando aos poucos foi desenvolvida uma estratégia de povoamento e gradativa emancipação. O Brasil é um dos casos em que a Sociedade não criou o Estado em um pacto social, mas foi criada por ele e, no decorrer de sua História, nenhuma ruptura significativa foi realizada. As inovações estruturais foram sempre mediadas pela incorporação dos sistemas e dos grupos dirigentes anteriores, também chamadas de 'evoluções conservadoras'. Vejamos alguns exemplos: a independência foi comandada pelo príncipe colonizador; a República foi proclamada pelos coronéis para viabilizar o controle do poder nos estados e como reação ao fim da escravidão; a industrialização foi conduzida pelos ruralistas; a democracia foi alternada com frequentes processos de ditadura e em aprofundamento do patrimonialismo; os partidos de centro e de esquerda, ao ascenderem ao poder, realizaram governos sem rupturas ou implantaram medidas de ampliação de concentração do capital e do poder.

A Constituição de 1988 foi resultado de uma eleição no auge do esgotamento da ditadura militar, realizada em uma constituinte soberana, mas incapaz de analisar os problemas estruturais do Brasil e viabilizar as reformas necessárias. Compreendeu bem os anseios de democracia e participação popular e materializou as noções de democracia republicana, autonomia dos poderes, direitos universais, soberania nacional e controle social sobre o Estado. No entanto, as mediações conservadoras fazem com que haja leis de múltipla interpretação, carentes de leis e decretos complementares de especificação, adiando-se sua aplicação real. Assim, muitas das leis servem como referência formal e não real da vida cotidiana e das relações sociais e institucionais. Aliás, esta é mais uma tipicidade brasileira: achar que as leis per si resolvem problemas. Desta forma, criam-se leis para quase tudo, fortalecendo o aparato do Estado e empobrecendo a institucionalização de *habitus* e costumes e enfraquecendo a iniciativa individual e coletiva e, conseqüentemente, despotencializa o capital social. Isso é típico de um Estado forte que não confia na Sociedade e quer mantê-la enfraquecida e tutelada pela guarnição legal, mesmo que seja só formal e não real, por incapacidade das instituições ou a condição de 'Estado Falido ou Demitido', como salienta Bourdieu (2012)³. Condição na qual os interesses e conflitos sociais vão se arrumando de acordo com a capacidade individual ou coletiva de exercer poder real e não disciplinados por direitos universais conquistados e socialmente aplicados, como institucionalização real por lei e/ou através de *habitus* legitimados.

Contudo, todos estes problemas e contradições são superáveis pela ativação das potencialidades internas e com relações emancipatórias externas. O Brasil e os brasileiros já demonstraram grande capacidade de superação de dificuldades e já tiveram protagonismo realizador expressivo. As soluções passam por estabilidade democrática e políticas contínuas e estruturais de inclusão socioeconômica, qualificação da educação e desconcentração da riqueza, ativando os elementos de criatividade realizadora com gestão estratégica de longo prazo. Ou seja, a solução dos problemas vem de dentro do próprio país e, uma das suas maiores potencialidades, é a capacidade realizadora do povo brasileiro.

³BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 2012.

1. O Empreendedorismo Brasileiro

Diante das considerações e análises anteriores, pode-se perguntar: o Brasil é um País empreendedor? Ou, diante de todas estas contradições estruturais, a Sociedade Brasileira consegue ser empreendedora? A resposta a estas perguntas não é simples, nem direta e muito menos negativa, como costumam ser os comentários de grande parte dos analistas da Economia Brasileira. Não é simples porque é necessário entender os conceitos antes de aplicá-los. Não é direta porque junto com a aplicação é preciso caracterizar o empreendedorismo brasileiro. E, não é negativo, porque, nos limites dos indicadores mundiais, o Brasil é um dos países líderes em empreendedorismo econômico, embora não seja em termos de empreendedorismo social, cultural e político. Por isso, precisamos ampliar um pouco o universo de análise, começando por conceituar e caracterizar o conceito de 'empreendedor' e 'empreendedorismo'.

Na geração de indicadores e métricas comparativos entre os países, as organizações de pesquisa tendem a usar referências objetivas comuns e aplicáveis nas distintas realidades, o que acaba simplificando conceitos e realidades específicas. No caso da pesquisa da *Total Entrepreneurial Activity – TEA*⁴, (que estabelece o ranking anual dos países líderes em empreendedorismo iniciais (até 3,6 anos) e serve como um indicador comparativo do desempenho da economia política), a referência conceitual é simplificada, embora os estudos ocorram com métodos complementares e triangulados, enriquecendo os dados levantados. O conceito adotado para contabilizar os empreendedores é o número e o perfil das pessoas adultas que registram e mantêm cadastro ativo de empresas por mais de três anos, quando as pesquisas são em fontes secundários, como os órgãos governamentais. Da mesma forma, quando as pesquisas são diretas por amostragem da população, as perguntas se referem à realização ou à intenção de realizar abertura e manutenção de empresa por determinado tempo. Desta forma, contabilizam-se os empreendedores como bem sucedidos quando mantêm as empresas abertas e fracassados quando as fecham, formando as bases de dados oficiais das instituições dos países.

Embora este tipo de levantamento permita compor complexos bancos de dados e métricas de análise, ele tem sérios limites e requerem as devidas ponderações para que não ocorra uma simplificação interpretativa ou desvirtuamento da realidade. Isso pode ocorrer, por exemplo, com a vinculação do tempo de 'funcionamento' como indicador de sucesso de empresa. Esse foi um indicador relevante, nos séculos XIX e XX quando a longevidade das empresas era indicador de desempenho. Na atualidade as empresas não são criadas para durar e sim para serem resolutivas e gerarem lucros e/ou serem extintas. Ou seja, o fato de uma empresa funcionar por curto tempo não representa falência ou fracasso. Pode significar o fim da missão e início de outra. É o caso das empresas offshore de tecnologia específica. Elas podem abrir uma unidade de negócio e fechá-la após cumprirem um contrato com uma corporação, uma obra ou uma rede de empresas em uma região. Mesmo com excepcional desempenho, estas empresas podem constar nas estatísticas como empresas ou empreendimentos fracassados. Isso também pode ocorrer com empresas por negócio determinado de produção, comércio ou prestação de

⁴Pesquisa anual realizada pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM), da Fundação Ewing Marion Kauffman, em mais de 60 países. No Brasil a pesquisa é realizada pelo SEBRAE

serviços quando o registro é necessário para operações transacionais, mas sua manutenção é desnecessária ou dispendiosa na sequência. Em situação oposta, um empresário pode manter uma empresa funcionando por anos sem obter nenhum lucro ou fechá-la sem dar baixa no sistema (por não ter dinheiro para pagar os encargos) e ser classificada como ativa e de sucesso na base estatística. Este último caso é muito frequente, pois as pessoas têm inúmeras motivações para manter negócios abertos mesmo quando economicamente inviáveis (terapia ocupacional, status, apego à criação, ilusão, desconhecimento de mercado, dentre outras.).

Feitas estas ressalvas, pode-se caracterizar o Brasil como um dos países líderes em empreendedorismo no século XXI, comparado com os outros países. De fato, na TEA de 2010, o País obteve seu melhor desempenho, tendo a maior taxa percentual da população como proprietários de negócios iniciais do Mundo: 17,5% da População Economicamente Ativa (PEA). Esse desempenho mostrou a consolidação de uma tendência de crescimento no triênio: 12% em 2008 e 15,3% em 2009 e foi o melhor desempenho desde que o Brasil participa da pesquisa (1997), ultrapassando os tradicionais líderes EUA e China. No comparativo com os países do BRICS7, que têm processos idênticos de desenvolvimento tem-se a China (14,4%), Rússia (11,8%), Índia com 11,5% e África do Sul (10,6%). Na América Latina, a segunda melhor posição foi a da Argentina com 14,2%. A liderança, portanto, foi incontestável e mereceu os entusiásticos festejos das instituições brasileiras, pois 21,1 milhões de brasileiros eram donos de negócios com até 3,6 anos de funcionamento.

Embora o Brasil não tenha conseguido repetir o desempenho, se manteve dentre os cinco primeiros colocados nas edições seguintes, consolidando a condição de um dos países com alto índice de empreendedorismo, mesmo nos anos de crise e refluxo econômico. Trata-se, portanto, não de um dado conjuntural, mas estruturalmente característico do tecido econômico e social do Brasil, causando estranheza nas clássicas análises de um 'país de bananas, medrosos e incompetentes'.



70 termo BRIC foi criado em 2001 pelo economista Jim O'Neill para fazer referência aos quatro países Brasil, Rússia, Índia e China. Em abril daquele ano, foi adicionada a letra "S" pela entrada da South Africa no bloco. Estes países são emergentes no Mercado Mundial e possuem características comuns, tais como: crescimento econômico conjuntural, abertura dos mercados, liderança regional em consolidação, investimentos em infraestrutura. Eles ainda não compõem um bloco econômico, mas formam parcerias e alianças por espaço no cenário político e econômico internacional. Tem estrutura básica de integração e reunião (cúpula) anual entre os representantes destes países, para consolidar acordos e medidas objetivos que poderiam levar a formar um bloco econômico. Dentre as medidas mais objetivas foi criar o Novo Banco de Desenvolvimento, em julho 2014. Entretanto, as mudanças recentes na economia mundial e no posicionamento estratégico das nações, colocam os BRICS com um futuro indefinido, junto com toda internacionalização econômica e política.

A metodologia atual da TEA se baseia fundamentalmente em pesquisas por entrevistas com a amostragem da totalidade da população e adota algumas classificações características de empreendedores, além da histórica estratificação em idade, gênero, renda e localidade. O objetivo é identificar (por automanifestação) a totalidade dos empreendedores nas sociedades e a especificidade característica das iniciativas e dos protagonistas, diferenciando-os entre iniciais (nascentes e novos) e estabelecidos. A diferenciação adotada é a seguinte: **(a) Empreendedores nascentes:** àqueles envolvidos na estruturação de um negócio do qual são proprietários, mas que ainda não gera remuneração a eles por mais de três meses consecutivos; **(b) Empreendedores novos:** são proprietários e administradores de novos negócios e geraram pró-labore e/ou remuneração de capital regularmente entre 03 e 42 meses; e, **(c) Empreendedores estabelecidos:** são sócios ou proprietários individuais de negócios consolidados, que já remuneraram regularmente o pró-labore e/ou o capital por mais de 42 meses.

A última pesquisa publicada é de 2019 e entrevistou 10 mil pessoas no Brasil, em amostra da totalidade da população. O resultado desta pesquisa mostra o índice de empreendedorismo e estabelece o perfil básico dos empreendedores. O Brasil tem uma Taxa Total de Empreendedores (TTE) de 35,8%. Este é o percentual da PEA que se diz participante associado ou proprietário individual de negócios ativos. Ela é uma taxa em crescimento de 26,9% em 2013, de 32,3% em 2015 e 34,6% em 2017. A Taxa de Empreendedores Iniciais (TEA) foi de 17,8%, mantendo-se estável em relação aos anos anteriores, oscilando em menos de um ponto percentual nas últimas cinco pesquisas. Dentre os empreendedores iniciais (TEA) chama a atenção o crescimento estável da participação dos empreendedores novos, sendo de 13,8% e uma leve, mas estável retração dos empreendedores nascente, que era de 5,1% em 2011 para 3,7% em 2015. O que pode estar revelando um menor ímpeto na abertura de novos negócios e uma maior consistência na hora de fazê-lo ou manifestar o crescimento do empreendedorismo por necessidade, no qual a teimosia de continuidade nos negócios é maior, mesmo quando o desempenho for relativamente frustrante. A segunda hipótese é mais provável pelo perfil econômico dos negócios brasileiros.

Em termos de idade, 53% TEA é da juventude adulta (25-34 anos), enquanto que dentre os empreendedores estabelecidos (TEE), 58% são da idade de maturidade ativa (35-54 anos), o que parece ser coerente com a dinâmica de amadurecimento profissional e é semelhante aos indicadores internacionais. Já em relação ao gênero, 48,3% da TTE é feminina, sendo maior na TEA (51,2%) e menor na TEE (45,1%) e abaixo dos indicadores mundiais, onde 54% dos empreendedores são mulheres. Isso parece coerente com o processo de tardia emancipação feminina na liderança produtiva no Brasil, que - se confrontado com o dado de que 58% das unidades de consumo são mantidas majoritariamente por mulheres - revela a persistência de uma relação de desigualdade de gênero. Contudo, o índice de sucesso dos empreendimentos iniciados e mantidos por mulheres é bem superior (58%) se comparado com os dos homens (44%), segundo dados do SEBRAE. A persistência e a dedicação detalhada das mulheres brasileira parecem ser os elementos do seu sucesso empreendedor, enquanto que o fator comparativo de remuneração do seu trabalho é definidor nas escolhas dos homens.

Contudo, nos dados econômicos das empresas e na remuneração que geram aos proprietários é que está um dos dados mais impressionantes do empreendedorismo brasileiro, desde 2010. Da TTE,

76% iniciaram com capital inicial inferior a US\$ 3,5 mil, enquanto que menos de 10% dos empreendimentos nos demais países tem esta baixa capacidade de investimento inicial. A média internacional de investimentos é de US\$ 35mil dólares para iniciar negócios. Isto somado ao fato de 88,9% da TTE tem renda inferior a três salários mínimos, enquanto que apenas 4,9% têm rendimento superior a nove salários mínimos.

O nível de escolaridade é outro dado assombroso da desventura empreendedora brasileira: 52% da TTE tem escolaridade inferior ao ensino médio completo. Apenas 7,7% têm ensino superior completo em alguma área de formação. Não há dados sobre os indicadores de formação tecnológica ou especializada na área econômica das empresas. Cabe lembrar que em termos mundiais o ensino médio é assumido como uma formação básica e não profissional. A profissional está no ensino superior. Ou seja, a maioria dos brasileiros empreende em condições subprofissionais.

Entretanto, mesmo que 84,1% dos empreendedores tenham estado desempregados ao iniciarem os negócios, apenas 29,4% assume que é empreendimento por necessidade. Os demais, 70,6% dizem ter sido a oportunidade de mudar de vida, de conquistar um desempenho econômico superior e de maior realização pessoal. Talvez haja ali uma das incoerências expressivas da linguagem humana, caracterizadas muito bem por Bosi (2016)⁶, segundo a qual, as pessoas tendem a justificar suas escolhas, principalmente quando as fazem sem ter condições essencialmente reais de liberdade. Ou seja, quando as pessoas dizem que empreendem por oportunidade não necessariamente se trata da condição de escolha entre uma colocação profissional bem sucedida e a abertura de um negócio. Pode ser uma 'oportunidade' de sair do desemprego, com um empreendimento por necessidade e, mesmo sem ganho real, demonstrará a condição de economicamente incluído.

Mesmo com todos os limites, o desempenho empreendedor brasileiro é bom, no que pese a condição de competitividade econômica no cenário mundial ser muito ruim. E, provavelmente, a grande capacidade de ser flexível e altamente criativo seja o traço cultural diferenciador no mercado produtivo da atualidade, ao contrário do alvorotado complexo de vira-latas. Ou seja, os limites da capacidade produtiva e concorrencial do Brasil em pouco se deve à cultura de sua gente e sim às condições estruturais e relacionais desfavoráveis.

2. Empreendedorismo e Desempenho de Novos Negócios

Como ressaltado anteriormente, a aceção de empreendedor na pesquisa da TEA/GEM e, na formação dos indicadores e métricas dos países, está objetivamente associada à abertura e à manutenção em funcionamento de negócio próprio sob sua gestão e propriedade. Entretanto, o conceito consolidado nas ciências sociais aplicadas é bem mais abrangente. Nestas, a clássica aceção é do *empreendedor como sujeito detentor da habilidade e da capacidade de alocar recursos escassos em condições de maior rentabilidade contínua do que as outras imediatamente possíveis, assumindo integralmente os riscos sobre suas decisões e sobre os resultados obtidos* (Say)⁷. Esta concepção dá aos empreendedores a condição de serem essencialmente inovadores para além das escolhas óbvias, prevendo melhores resultados e correndo os

⁶BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

⁷SAY, Jean-Baptiste. Traité d'économie politique, Première édition, Paris : Crapelet, 1803.

riscos sobre a alocação dos recursos. É, portanto, nas palavras de Drucker (2003, p. 210)⁸, “um ganancioso por coisas novas, em vez de ater-se àquilo que já existe”. A condição de ser ganancioso é diferente da de ser invejoso. Enquanto a inveja se refere a querer o que outros têm ou querer que não tenham, a ganância representa querer independentemente de outros terem ou não. A ganância motiva a estabelecer e perseguir metas próprias de desempenho. A inveja leva a combater o desempenho dos outros. A ganância tende a gerar valor econômico e/ou social. A inveja tende a destruir qualquer valor. Portanto, a ganância pode ser uma virtude típica de capital social acumulado, enquanto que a inveja é elemento de decadência, desagregação e baixa solidariedade social. A ganância é apenas socialmente destrutiva quando acompanhada de sensos individualistas e invejosos (Giehl, 2013)⁹.

O conceito de empreender na Economia está associado à iniciativa com capacidade de gerar inovações de diferenciação competitiva. Empreendedor é, portanto, um agente da mudança substancial nas organizações e nas relações econômicas, rompendo os ciclos circulares e estáveis da atividade produtiva (Schumpeter, 1988)¹⁰. O que representa dizer que os empreendedores são sujeitos que têm olhar diferenciado sobre as mesmas realidades, elegem problemas para resolver e, são capazes de mobilizar recursos para além dos imediatamente disponíveis para alcançar seus objetivos (Dees, 2001)¹¹.

Esta abordagem, portanto, resgata e evidencia o papel social diferenciador dos indivíduos e suas características realizadoras. Durante os séculos XIX e XX, a noção de indivíduo foi negada ou negligenciada nas abordagens das ciências econômicas e sociais, pelas acepções coletivistas que enfatizavam exageradamente as organizações e os sistemas sociais. Os indivíduos foram majoritariamente tratados como seres pertencentes e condicionados pelas instituições, organizações e relações dentro dos sistemas. Têm-se, então, as noções do *homo socialis*, do *homo economicus*, do *homo organizacionais*, dentre outras. Todas elas entendem os indivíduos como sujeitos limitados por sistemas sociais deterministas, como o Nacionalismo, o Capitalismo ou o Comunismo e suas forças econômicas, políticas e ideológicas. A crise dos sistemas permitiu o resgate dos indivíduos e seu papel transformador das realidades, embora não se desconheça a influência das culturas e os espaços organizacionais como estruturas de poder e elementos facilitadores ou dificultadores da postura e da ação empreendedora. O que aqui se deseja ressaltar é a condição realizadora da novidade e da diferença operadas pelos indivíduos empreendedores, que não podem ser determinados pelas condições da vida e das realidades, apenas influenciados (Bornstein, 2006)¹².

Por outro lado, o conceito de empreendedorismo está associado ao capital social e institucional acumulado nas localidades e que influenciam nas capazes de gerar e manter iniciativas empreendedoras diferenciadas. Ou seja, enquanto o conceito de empreendedor está ligado a aptidões e atitudes dos indivíduos, o empreendedorismo se aplica ao ambiente econômico, social e institucional dos territórios. São, portanto, conceitos que geram variáveis independentes, mas que tendem a se associar cumulativamente

⁸DRUCKER, Peter F. *Inovação e Espírito Empreendedor*. São Paulo: Pioneira, 2003.

⁹GIEHL, Pedro Roque. *O Valor Social Gerado e Percebido em Empreendimentos Econômicos socioinclusivos: um estudo de Múltiplos casos*. São Leopoldo: Unisinos, 2014. Teses de Doutorado.

¹⁰SCHUMPETER, J. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1988.

¹¹DEES, Gregory. *The Meaning of “Social Entrepreneurship”*. 2001 (Original Draft: October 31, 1998; Reformatted and revised: May 30, 2001).

¹²BORNSTEIN, D. *Como Mudar o Mundo: empreendedores sociais e o poder das novas ideias*. Trad. A. Raposo; M. B de

em termos de processo e resultado em desempenho positivo ou negativo. Ou, dito de outra forma, os indivíduos empreendedores tendem a potencializar o ambiente; da mesma forma que um ambiente favorável contribui para formar sujeitos empreendedores e a potencializar as suas iniciativas.

Sendo assim, o desempenho no campo do empreendedorismo não está separado do quadro econômico e social do país, região ou comunidade local. No caso brasileiro, o desempenho na TEA foi influenciado pelo quadro favorável, criado pelas políticas de aquecimento econômico do mercado interno e de incentivo ao registro das atividades produtivas entre 2004 e 2012 e tende a ser influenciado em outras mudanças de cenário da Economia Política, mas sempre dependendo da ação empreendedora dos indivíduos. Assim, a criação do Programa do Micro Empreendedor Individual (MEI) em 2005 instituiu um conjunto de facilidades para a abertura e registro de organizações econômicas de pequeno porte. Isso tirou milhões de atividades da ilegalidade e incentivou a criação de outras. Contudo, em outras economias, com quadros mais favoráveis do que o brasileiro, não se obteve o mesmo desempenho. Por isso, acredita-se que esta liderança se deve também à capacidade de iniciativa dos brasileiros como um traço cultural favorável no atual contexto de economia globalizada. Da mesma forma, embora impactada, a crise econômica não necessariamente gera a paralisação da iniciativa empreendedora. Ao contrário, pode ampliá-la. Ouseja, as razões que levam os indivíduos a iniciar um empreendimento são as mais diversas. Muitos iniciam por conhecerem bem um produto, um processo, um serviço ou um segmento empresarial. Outros porque dispõem de uma reserva financeira e querem conquistar a condição de maior autonomia, tendo o próprio negócio. Outros estão desempregados e encontram dificuldades de reingresso ao mercado e o negócio individual ou coletivo é a alternativa à total exclusão (empreendedorismo por necessidade). Outros ainda são profissionais autônomos, em tempo parcial ou integral, em atividades produtivas ou de serviços e a constituição da empresa viabiliza a ampliação de contratos, atividades e operações, além da regularização previdenciária. Para todos esses, o MEI e a criação do Sistema Tributação Simples, desburocratizaram e fomentaram a criação e registro dos negócios. Assim, há na atualidade muitas motivações e condições que levam aos indivíduos constituírem, iniciarem e manterem seus negócios.

Concluindo cabe ressaltar que a viabilização de negócios com desempenho satisfatório, requer condições e aptidões diferenciadas, tais como a gestão racional e eficiente, além de planos de negócios e maior volume de recursos disponíveis. Mas também um ambiente econômico favorável. É por estas carências e, pelo contexto econômico instável, que o Brasil continua tendo um dos maiores índices de falência real de empreendimentos novos e estabelecidos. E, quando o País conseguir reverter suas fragilidades estruturais, o desempenho empreendedor poderá ser realmente um dos melhores do Mundo.

Após ler e entender o texto, desenvolva as seguintes questões:

1. Contradição é a melhor característica do Brasil? Por quê?
2. Quais são as contradições, indicadas do texto, atrapalham mais o desenvolvimento do Brasil?
3. O Brasil está superando o complexo de vira-latas e do eurocentrismo? Argumente.
4. Por que as pesquisas baseadas em tempo de registro de empresas podem ser falhos nos resultados?
5. Caracterize os sujeitos empreendedores.
6. Diferencie empreendedor por oportunidade e por necessidade.
7. Caracterize os empreendedores Brasileiros.
8. O que ajuda e o que atrapalha os novos negócios no Brasil?
9. O que é necessário para viabilizar empreendimentos econômicos de sucesso?